

## SEMINÁRIO INTOLERÂNCIA RELIGIOSA EM DEBATE

**IFCS- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/RJ - Salão Nobre o IFCS - Data: 09/10/2015**

**Coordenação: Professor André Chevitarese, Ivanir dos Santos e Astrogildo Esteves**

O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, (CEAP), em conjunto com o Laboratório de História das Experiências Religiosas (LHER – IH/UFRJ), a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR), em Parceria com o Laboratório de História das Experiências Religiosas (LHER) e o Programa de Pós- Graduação em História Comparada (PPGHC) do Instituto de História (IH/UFRJ), apoiado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), realizaram no auditório do IFCS, dia 09/10/15, das 8h30 às 19h o Seminário: Intolerância Religiosa em Debate, com objetivo de debater “os caminhos para construção da diversidade religiosa e da igualdade de direitos entre experiências Majoritárias e Minoritárias”. O Evento atraiu acadêmicos, intelectuais, religiosos e representantes de ONGs (Organizações Não Governamentais), interessados em pensar “as experiências religiosas comparadas para a produção de conhecimento científico sobre experiências religiosas”.



Depois do credenciamento e coffee break, com direito a Certificado que vale para horas complementares de estudos acadêmicos, assinados pelo Professor Dr. André Leonardo Chevitarese (IH-UFRJ) e Ivanir dos Santos (CEAP), o debate iniciou-se às 9h15, a mesa foi aberta pelos mesmos, e a representante do Governo do Estado, representado pela Sub-Secretária da Secretaria de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos Andrea Sepúlveda. Saudando os participantes, o Professor André Chevitarese, agradeceu a presença de todos, saudando os parceiros envolvidos na realização do seminário, dizendo que o (IH-UFRJ), espera com a conclusão desse trabalho, “poder traçar novos caminhos relativos à Intolerância Religiosa”. Com a palavra, o Babalawo Ivanir dos Santos, perguntou se a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, estava com algum representante no Seminário. Sem manifestação, saudou os parceiros envolvidos e participantes, dizendo que estava muito feliz de estar também na qualidade de acadêmico contribuído para o encontro de soluções sobre a intolerância religiosa. “As comunidades de Matrizes Africanas são as que mais sofrem com a perseguição e discriminações religiosas, e que a sociedade civil deve por um ponto final as perseguições religiosas, dos que se declaram Candomblecistas, pelas seguidores de igrejas evangélicas e Pentecostais”, o que foi muito aplaudido.



Em seguida a Dra. Andrea Sepúlveda da Secretaria de Direitos Humanos do Estado, fez breve exposição dos trabalhos da secretaria, dizendo que hoje o Tema Intolerância Religiosa, esta na pauta e prioridade de sua pasta, e que esta a disposição para atuação conjunta: Governo, Universidade, Ongs, e Instituições Religiosas, contra a intolerância religiosa. “A nossa secretaria atua de forma abrangente em defesa dos direitos humanos, e quero deixar claro interesse de participar com os atores envolvidos na luta contra as discriminações religiosas, e a parceria com a sociedade civil organizada é fundamental para coibir todas as formas de discriminação. Hoje em face do momento atual de crise, esta ocorrendo varias formas de violações religiosas, e só vamos dar um passo significativo com educação, com o envolvimento das escolas, universidades, igrejas, e movimentos religiosos. Precisamos garantir o direito a religião e a manifestação religiosa, para que possamos assegurar a liberdade. E estamos colocando a nossa secretaria a disposição no que for importante para avançarmos em uma sociedade democrática sem intolerância”, concluiu.



Em seguida passou-se a primeira (1) Mesa dos Trabalhos, Intolerância Religiosa e Democracia, com os expositores: Carlos Santana (PPGHC) e Ana Paula Miranda (UFF), com a Mediação de Luiz Carlos. Com a palavra, Carlos Santana falou da importância do voto e da representação parlamentar, que esta dominada pelo segmento conservador nas duas casas do Congresso Nacional. “Não existe uma política para a negritude em nosso país, embora aqui no Rio, tenhamos a marcha contra a intolerância religiosa, com ampla participação popular que vem ocorrendo sempre que setores da direita se manifestam contra as religiões de matrizes africanas e isso é muito importante. Sabemos que os negros hoje estão nas igrejas pentecostais e nós não conseguimos dar uma resposta a essa negritude. Independente do nosso credo religioso, temos que ser intolerantes com a discriminação religiosa contra os adeptos do Candomblé, como forma da valorização da nossa democracia”, salientou.



Com a palavra a professora Ana Paula (UFF), agradeceu o convite dizendo que se sentia feliz em ser lembrada para debater o tema Intolerância e o sentido que damos a palavra religião. Apesar de não ser estudiosa sobre o tema específico da religião, buscarei contribuir com algumas reflexões sobre a religião comparada. “A discriminação religiosa é uma discriminação cívica. Quando o Judiciário não resolve as demandas de cunho religioso por falta de conhecimento sobre o que é intolerância religiosa, por não estarem preparadas para a demanda. A situação fica cada vez mais grave por não haver mediação. O direito a professar a sua religião, podemos definir em três aspectos: A Crença Religiosa, a Liberdade Religiosa e o Direito ao Culto. Vocês viram que um juiz chegou a dizer que o Candomblé não é religião, e um outro juiz teve o entendimento diferente, inclusive dando liminar favorável a retirada de programas discriminatórios contra religiões de matrizes africanas. Na medida que as demandas batem a porta do Judiciário e não se tem uma ampla agenda e mobilização social, a coisa não avança. Temos que ter uma visão antropológica e articulados com grupos que historicamente lutam contra a intolerância religiosa. A intolerância religiosa de alguns sujeitos, requer estratégias e participação social da sociedade civil, contra os intolerantes”, concluiu.



Em seguida foi aberta a segunda (2) Mesa, Estado Laico e Plano de Combate a Intolerância Religiosa, com os palestrantes: Rodrigo Pereira (PPGARq/LHER) e Luiz Fernando Martins (UFRJ) com mediação Daniel Justi (PPGARq/LHER). Com a palavra Rodrigo Pereira, fez questão de colocar, que o tema que ele traz para reflexão, é sobre o Candomblé e como podemos lutar contra a intolerância, em face dos direitos adquiridos com a constituição cidadã, que no Art. 5º positivou o direito a religião e a fé religiosa, bem como: a Lei 11.645 que instituiu o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena. “Como podemos pensar que ainda existam perseguições às diversas matrizes religiosas brasileiras? A arqueologia pode ser instrumental para a compreensão do passado desses grupos Candomblecistas, ao mesmo tempo que se evoca a memória e a valorização das experiências religiosas expressas na materialidade do culto, mas também as trajetórias de vida de dirigentes de candomblé. Defende-se que a “ciência do passado” tem uma contribuição a dar para a efetivação das praticas de tolerância religiosa e a fixação do respeito a esta matriz constituinte que nos fez sermos brasileiros”, salientou.



Em seguida foi dada a palavra ao Advogado Luiz Fernando (UFRJ), que falou sobre o excesso de leis e a pouca significância para inibir a intolerância religiosa. “Não precisamos de Lei, porque temos muita. Precisamos de políticas publicas para o enfrentamento da Intolerância Religiosa. Os grupos minoritários ainda não tem uma efetiva igualdade assegurada para proferir sua fé, e precisamos da união dos segmentos representativos da sociedade para alcançar a verdadeira tolerância, contra os intolerantes”, finalizou.

Em seguida foram chamados os debatedores da terceira Mesa (3) Sobre o Tema, Ensino Religioso em Escolas Públicas, com os Palestrantes: Stela Guedes Caputo (UFRJ) e Professor Daniel Justi, substituiu o palestrante André Barroso, com mediação da Marilena Mattos (Muda). Com a palavra a Dra. Stela Guedes Caputo, falou das agressões sofridas pelos alunos de escolas publicas, de religiões de matrizes áfricanas, por assumirem suas identidades religiosas. E que o ensino de religião deveria ser proibido nas escolas por pregarem uma identidade religiosa, crista, confessional o que não colabora com um estado democrático de direito, Laico, como preconiza a CRFB. “As religiões de matrizes africanas são discriminadas e sofrem preconceito racial nas escolas publicas no município do Rio de Janeiro e no Estado do Rio de Janeiro”. Desde 1996 tem havidos fóruns para discussão do ensino religioso com presença maciça de católicos e evangélicos, a detrimento de outras religiões, como: as de matrizes africanas. A Secretaria de Educação tem uma cara, um partido, ou seja: defendem as religiões cristas, em prejuízos da equidade e o direito as pessoas terem outro credo, outras religiões. Os professores do estado recebem dos cofres públicos, e não podem ter partido e assumirem uma fé especifica. Dentro da Secretaria de Educação do Estado, não tem um Coordenador de Matrizes Africanas.



O estado em parceria com igrejas católicas tem distribuído cartilhas com uma visão preconceituosa sobre o perfil de família, fazendo uma associação da mulher a Maria mãe de Jesus, que é branco para um bando de negrinhos. Além disso, distorcem o conceito do Candomblé, quando diz que “o Candomblé não sacrifica animais por amor a natureza”. Ou seja: esses livros didáticos não correspondem equidade e a isenção de um Estado Laico, que claramente discrimina o Candomblé. A saída a meu ver é instituir o concurso publico para

professor do estado, (354) vagas preenchidas pelo Decreto 31086/02 do Ex. Governador Garotinho. Desses 68% ministram aulas da religião católica. Em seguida vêm os evangélicos com 26,31% e 5,1% outras religiões. De acordo com a CER, essa divisão foi realizada com base na pesquisa feita em 2001, na rede de ensino estadual, que teria revelado que havia 65% de alunos católicos e 25 de evangélicos e 5% de outras religiões e 5% sem credo. Segundo o CER, nesses 5% estão a (5) Professores, o Espiritismo segundo Alan Kardek (3) Igreja Messiânica (3) e Mórmons (1). Entrevistei alguns professores em fórum de educação religioso e maioria quer que o ensino religioso reprove, para o aluno que não queira participar do estudo da religião, que é um absurdo. Essa história de misturar educação com religião começou quando os jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, fundando igrejas, escolas, ajudando a escravizar os índios, e mais tarde os negros, misturando missas, letras e a redução ao mesmo tempo, o que vai marcar, desde início, a escolarização brasileira com objetivos colonizadores e de catequese”, concluiu.



Em seguida foi dada a palavra ao Professor Daniel Justo, que substituiu o professor André Barroso. Com a palavra o professor Daniel fez breve exposição de motivos da sua participação no seminário e a sua análise que fara uma critica ao novo testamento. “Existe uma estória que Noé construiu uma arca e colocou lá casais de animais e a sua família. Contam que ele tomou um porre e um dos seus filhos o viu nu. Por causa disso seu filho cam, (cão) foi amaldiçoado e dando origem aos negros africanos. Isso para justificar a origem dos povos africanos, o que podemos classificar como uma saga etiológica, uma narrativa que tenta explicar o estado das coisas de determinado lugar. Ela não narra um fato histórico, através da linguagem moral, cultural e religiosa, que acompanha a historia dos povos Hebreus. A ciência que estuda a historia já definiu que não se trata de um fato histórico. O Nazismo utilizou o novo testamento para excluir a palavra Judeus ou qualquer referencia aos povos Judeus. Qualquer citação era retirada. A figura de Judas foi associada à traição e desse modo, quem ajudou assassinar Jesus, excluído os Romanos. Dito isto é importante falar de dois personagens centrais do cristianismo: Jesus e Paulo.



Em seguida foi dada a palavra ao Professor Daniel Justo, que substituiu o professor André Barroso. Com a palavra o professor Daniel fez breve exposição de motivos da sua participação no seminário e a sua análise que fara uma critica ao novo testamento. “Existe uma estória que Noé construiu uma arca e colocou lá casais de animais e a sua família. Contam que ele tomou um porre e um dos seus filhos o viu nu. Por causa disso seu filho cam, (cão) foi amaldiçoado e dando origem aos negros africanos. Isso para justificar a origem dos povos africanos, o que podemos classificar como uma saga etiológica, uma narrativa que tenta explicar o estado das coisas de determinado lugar. Ela não narra um fato histórico, através da linguagem moral, cultural e religiosa, que acompanha a historia dos povos Hebreus. A ciência que estuda a historia já definiu que não se trata de um fato histórico. O Nazismo utilizou o novo testamento para excluir a palavra Judeus ou qualquer referencia aos povos Judeus. Qualquer citação era retirada. A figura de Judas foi associada à traição e desse modo, quem ajudou assassinar Jesus, excluído os Romanos. Dito isto é importante falar de dois personagens centrais do cristianismo: Jesus e Paulo.



Não vai ser o politico, vereador, deputado e senador, que não vai intervir nisso. O papel da Educação hoje no Brasil, para mim tem duas saídas: a denúncia e a falta de proposta consistente. Nos quanto educadores não temos uma proposta e por isso temos que formular uma proposta. Por exemplo: Eu tenho como professor que falar de Noé, eu preciso problematizar como intelectual esse texto na escola. Eu tenho que dizer a esse menino que não houve na sua igreja, não encontra contrapartida na escola, que a saga de Noé é uma narrativa etiológica e não é História, é um programa ideológico. Esse Texto faz referência no final do quarto século antes da era comum e não tem nada haver com o século quinze, vinte... As igrejas já ensinam o ensino religioso a dois mil anos, e cadê o educador para se contrapor, confrontar essa informação” concluiu. Em replica a palestrante, Professora Stela Guedes Gaputo (UFRJ), disse que na verdade a fala do professor Daniel Justo é de quem não esta na escola. “Nenhum pesquisador que pesquise cotidianamente dentro da escola consegue imaginar o estudo do ensino religioso. É claro que temos exceção, pessoas que pensam diferente e acreditam nesse estudo. Na verdade as vitimas, as crianças elas não são ouvidas, ninguém estuda as razões de serem discriminadas, sujeitas de direitos. Com relações as propostas questionadas pelo professor Daniel, eu aponto as seguintes questões: 1- Alterar a LDB 9.394/96 que dispõe que ER, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina no horário normal das escolas públicas. A meu ver o estado não pode afirmar que a religião, seja como for, é parte integrante da formação básica do cidadão. Um ateu é cidadão e não pode existir uma lei impondo o conceito de ensino religioso.



Eu concordo com você, nós temos que questionar os documentos, os manuscritos, o que for esse é o papel do acadêmico; 2-Todas as disciplinas devem ter um pensamento critico e intelectual; 3- As religiões são singulares, intimas e devem ser aprendidas na família e se for o caso nas sinagogas, templos, assembleias, igrejas, terreiros, ou onde quer que o desejo humano leve nossas buscas; 4- Professores (as) de Ensino Religioso (ER) não são nossos inimigos. São docentes capacitados, formados nas mais diversas licenciatura. Propomos que sejam relocados para suas disciplinas de formação, já que segundo o SEPE, existe demanda de cerca de 12 mil professores somando todas as disciplinas. 5- Ampliar o numero de professores de filosofia, sociologia e história. Essas são disciplinas suficientes para que historias das religiões sob o ponto de vista histórico, antropológico sejam presença nas escolas; 6- Que haja concurso publico para essas disciplinas, matemática, historia, química e etc... 7- Que caminhemos com essas propostas, para a retirada do Ensino Religioso como obrigatório, que esta previsto na CRFB. Devemos articular a PEC contra o ensino religioso; 8- Devemos defender um país Laico, de fato. Por uma educação publica Laica de verdade! 9 – Antes de tudo: reconhecer que somos um país racista. Só com esta consciência poderemos combater o racismo na nossa sociedade e nas escolas. Ampliar de fato o ensino de Historia da África (a história que nos foi subtraída); 10 Articular no parlamento com senadores e deputados, para acabar com ensino religioso”, finalizou.



Comentando a replica da professora Stela Gaputo, o Professor Daniel Justo, disse da importância da realização do debate para que o seminário não vire uma perfumaria, fazendo o debate. “ Vi as propostas elas existem, não sou dessa área, mais como professor da UERJ, vimos professores procuram capacitar-se sobre o Ensino Religioso. A grande critica que o professor faz é que não tem capacitação, para atender as demandas dos alunos que estão demandando deles. Se tem uma coisa que eu respeito é o professor na sala de aula. É através dessa experiência que essas questões emergem. Eu percebo que a maior critica dos professores é que o estudo do ensino religioso não tem currículo” finalizou. Dada à palavra ao publico presente, o professor André Chevitarese (IH-UFRJ), discorreu sua fala fazendo uma critica a uma ideia pré-concebida, preconceituosa sobre qualquer estudo. “Qualquer

preconceito é ignorância, e só resolveremos esse problema de discriminação ao ensino religioso é com mais educação. As famílias não tem conhecimento sobre religião por não terem uma visão crítica, estudo sobre a sua religião. Eu acho que o professor de química, física, não tem condições de ministrar aula de religião. Acho que a educação é a chave de tudo”, concluiu.

Em seguida passou para quarta e ultima Mesa 4 – Liberdade Religiosa e Liberdade de Expressão, com os painelistas Togo Ioruba (PPGHC) e Mauricio de Jagum (Afro ANMA), com Mediação da professora Juliana Cavalcante, que substituiu o professor José Henrique Motta. Com a palavra o jornalista Togo Ioruba, começou seu discurso com uma critica a Liberdade de Expressão no Brasil, que para ele surgiu muito tardia. Segundo Togo Ioruba, isso só foi possível com a vinda de Dom João VI para o Brasil em face da invasão Napoleônica em Portugal. De 1815 a 1817 começa forte imigração para o Brasil, que desejava ter uma identidade imaginária, branca e Latina, não havendo espaço para os Asiáticos que eram indesejados. Portanto com base da mistura de raças e de cor, permiti-se ter uma radiografia do que pensavam as elites brasileiras sobre o Brasil.



“Em 182 anos de existência de uma imprensa negra, articulada por militantes negros, rara são comentários sobre as religiões africanas publicadas em seus periódicos. Porque esse silêncio as tradições africanas? Em síntese, com medo de perseguições ideológicas dos aparelhos de repressão que discriminava qualquer referencia a identidade negra. Hoje os negros com sua militância engajada buscam dar uma ressignificação a fé dos cultos africanos, sem o medo da perseguição ideológica. A CRFB de 1988 reafirmou direitos, positivando o direito de crença. E isso é foi fundamental para a reafirmação de uma identidade negra contra o racismo e a intolerância” sintetizou. Em seguida foi dada a palavra ao Dr. Mauricio de Jagum, que falou sobre os Direitos Individuais e Coletivos e a importâncias desses direitos consagrados na CRFB, para a cidadania contra a intolerância. Segundo ele, o estado deve tutelar as liberdades democráticas, coibindo as praticas desrespeitosas aos cidadãos, através da Lei e da garantia da ordem democrática.

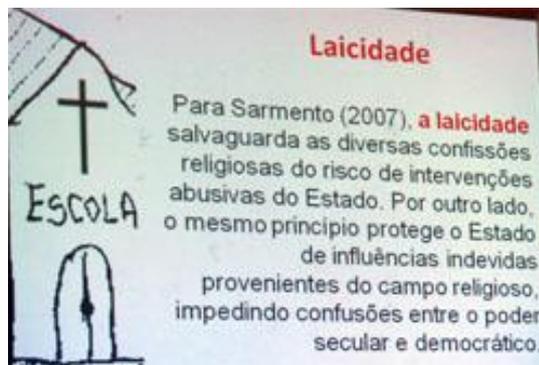
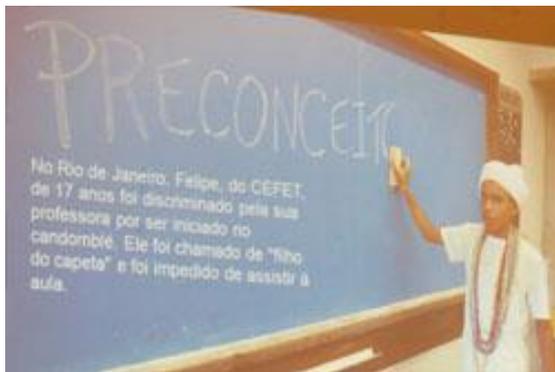


Embora o Cidadão tenha uma grade gama de direitos e deveres. Para ele o cidadão não pode fazer tudo que deseja em prejuízo de outras pessoas. Segundo ele no (CP) Código Penal constam dispositivos que estabelecem tipos penais para as pessoas que injuriar denegrir ou difamar outras. “No código penal e civil, constam dispositivos que podem punir aquele que causa danos a outras pessoas. Nos cidadão temos que respeitar o outro e o estado têm que tutelar a liberdade religiosa. E isso é um desafio da sociedade para que possamos viver em harmonia. Eu posso manifestar a minha religiosidade mais não posso dizer que a minha religião é melhor que a outra. E isso não pode ser tolerado em um estado democrático de direito. Isso porque o direito de uma pessoa é um direito subjetivo e não pode prejudicar o outro, a sociedade.



Vimos hoje cotidianamente nas mídias sócias, agressões as religiões de matrizes africanas e não podemos tolerar essas agressões. Cotidianamente quando ligamos a televisão, vimos agressões das religiões evangélicas agredindo e denegrindo aos cultos afros e isso não pode ser tolerado. Vocês sabem quantas emissoras de televisão evangélicas existem? São onze (11) canais de televisão, além de sete (7) católicas. Não existe nenhum canal de televisão de matriz africana e isso reflete uma desigualdade. O Ministério Público, tem que resguardar a liberdade religiosa como fiscal da Lei, e precisamos que esses operadores defendam a liberdade de expressão e a religiosa do cidadão. Não se trata de Judicializar a questão religiosa, mas proteger as minorias discriminadas cotidianamente. A família tem que ensinar os seus filhos a serem tolerantes e essa reflexão nos temos que fazer”, concluiu.

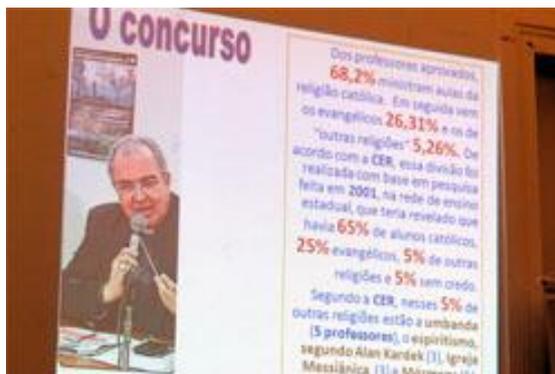
O Seminário realizado no (IFCS), Universidade Federal de Ciências Sociais no Dia 09/10/15, das 8h30 às 19h, Salão Nobre do IFCS, reunião dezenas de pessoas do povo, intelectuais, estudantes acadêmicos, representantes de ONGs e Igrejas, para Debaterem em Seminário: a Intolerância Religiosa Em Debate, com direito a Coffee Break e Certificado, para quem cumpriu a carga horária. A programação bem extensa contou com a presença de personalidades, dividida em painéis, com direito a exposição de (20) vinte minutos, e réplica as perguntas formuladas após exposição. A Abertura do Evento ficou sobre a responsabilidade dos expositores: Ivanir dos Santos (Babalawo), Andrea Sepúlveda, Subsecretaria de Defesa dos Direitos Humanos, (Governo do Estado do Rio de Janeiro), e Coordenação do Professor Chevitarese. A Coordenado do Evento ficou sobre a responsabilidade do Professor Dr. André Chevitarese, Babalawo Ivanir Santos, Astrogildo Esteves e apoio do Laboratório de Historia das Experiências Religiosas (LHER) em articulação com a (UFRJ), o Programa de Pós Graduação em Historia Comparada (PPGHC), o CEAP Centro de Articulação de Populações Marginalizadas e a Comissão de Combate a Intolerância Religiosa (CCIR).



A primeira Mesa (1)- Intolerância Religiosa e Democracia Coordenador: Luiz Carlos Semog, Secretario Executivo do (CEAP), Palestrantes: Carlos Santana (PPGHC) e Ana Paula Miranda; segunda Mesa (2)- Estado Laico e Plano de Combate a Intolerância Religiosa, Coordenador: Daniel Justi (PPGARq/LHER) e os palestrantes: Rodrigo Pereira (PPGARq/LHER) e Luiz Fernando Martins da Silva, advogado (UFRJ); terceira Mesa 3- Ensino Religioso nas Escolas Publicas, Coordenador: Marilena Mattos (MUDA) e palestrantes: André Barroso (LHER) e Stela Guedes Caputo, Educadora (UERJ); quarta e ultima Mesa (4)- Liberdade Religiosa e Liberdade de Expressão, Coordenador: José Henrique Motta Oliveira (PPGHC/LHER), palestrantes: Togo Ioruba (PPGHC) e Márcio de Jagum (Afro ANMA); permitiu com suas exposições, um diagnostico, uma radiografia da realidade fática, dos que professam a fé religiosa, e/ou são impedidos expressa-las, pelo racismo e a intolerância religiosa.

## RESUMO

O Seminário foi muito bem articulado e organizado pelos atores envolvidos, que permitiram discutir a luz do direito, problemas de grande monta, relativas ao “racismo e as discriminações religiosas” que sofrem as “comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas” há cinco séculos, com a presença do colonizador português. Tanto os Indígenas originários como os negros trazidos da África, foram obrigados pela força, assimilar a língua estrangeira, em verdadeiro genocídio cultural. Para impor sua vontade, estabeleceu-se no primeiro momento a catequese, escravidão, depois o extermínio e assassinato cultural. “Tudo em nome de Deus, a figura de Maria e Jesus Cristo, que ontem foi sacrificado e colocado na Cruz pelos Romanos”, e hoje, assimilado, adorado, e adotado como “verdade oficial”. A CRFB/1988 positivou a Laicidade, o direito de culto, crença, sem discriminação de qualquer natureza. Mesmo assim, apesar do avanço, da constituição cidadã, o povo negro e indígena, sofrem por assumirem sua adoração ao “Candomblé e a Umbanda”, em campanha de difamação pelos os meios eletrônicos, (TVs e Rádios), em contraposição aos princípios da “equidade, laicidade, igualdade e liberdade religiosa”.



O Seminário em síntese foi bastante positivo, pois permitiu um olhar crítico a questão da Intolerância Religiosa, tão sutil e imperceptível de ser observado. O dilema ainda continua: "como acabar com a intolerância, respeitando as diferenças religiosas, sem preconceito e racismo? Para a Professora Stela Guedes Caputo, o Ensino Religioso deveria acabar, já que seu propósito é discriminar as culturas de matrizes africanas, quilombolas e outras religiões. "O governo deveria fazer concurso público para as áreas de sociologia, filosofia, história, e outras ciências, acabando com o ER (Ensino Religioso), opcional que atentam contra os negros e índios" sintetizou. Em contraponto a essas ideias, os Professores Daniel Justo e Andre Chevitarese, defendeu a grade de ensino religioso e uma maior capacitação de professores que ministram aulas de ensino religioso. Segundo o professor Andre Chevitarese, "Não podemos ser radical, vejo que outros professores de química, física, biologia teriam dificuldades em ministrar aulas de ensino religioso. Entendo que deveríamos capacitar e não acabar com Ensino Religioso", concluiu. O professor Daniel Justo, em contraposição a professora Stela Caputo, afirmou que na verdade formação teórica aos profissionais Ensino Religioso, para atender as demandas dos alunos, por isso a dos professora à academia. "A professora nos mostra que o ensino religioso tem uma finalidade política, por isso seu mal uso. Defendo uma capacitação e a mudança da grade curricular, e não o fim do ensino religioso", finalizou.

Enfim, o Seminário foi bastante positivo e acredito que iniciativas como estas, podem fazer a diferença e contribuir para o combate o racismo e a intolerância religiosa tão presentes nos dias atuais.

Reinaldo de Jesus Cunha, aluno: Pós Graduação – Ciências Sociais e Religião da FEUDUC - Docência de Ensino Superior e Comunicação Empresarial da AVM.

Trabalho de Extensão Universitária / *IFCS- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/RJ - Salão Nobre o IFCS*

Texto: Reinaldo de Jesus Cunha

LINK: <http://www.bafafa.com.br/evento/intolerancia-religiosa-em-debate-no-ifcs/>

LINK: <http://www.asfunrio.org.br/editorias2015/JornalOnline/mkt2015-015-00.htm>